



Ângela Leão teve que se apoiar no seu marido para poder caminhar

53º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Ângela Leão passou mal no tribunal e juiz teve que interromper as sessões até quinta-feira

- Semanas depois de ter sido dispensada de comparecer às sessões de julgamento por motivos de saúde, Ângela Leão voltou ontem à Cadeia de Máxima para acompanhar a audição de declarantes que têm ligação com factos que lhe são imputados. Voltou debilitada e sua presença na tenda não durou mais de três dias. Ângela Leão passou mal, foi assistida no local e mais tarde levada para o hospital. O juiz interrompeu as sessões até quinta-feira.

Na semana passada, o juiz Efigénio Baptista informou ao advogado Damião Cumbane que, a partir de segunda-feira (ontem), a sua constituinte Ângela Leão devia comparecer às sessões de julgamento para acompanhar as audições de declarantes que têm ligação com factos que lhe são imputados. Ângela Leão, que tinha sido dispensada por motivos de saúde, compareceu ao tribunal sem aquele brilho que lhe é característico. Ela está debilitada.

Quando estava a começar a audição da declarante Italma Ariane Simões Pereira, o advogado Damião Cumbane pediu a palavra para informar ao tribunal que Ângela Leão ainda não estava em condições para permanecer na sala de sessões por longas horas. E lamentou que os responsáveis do Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo, antiga Cadeia Civil, estavam a dificultar o acesso a cuidados de saúde à ré Ângela Leão. “Não tem sido fácil para ela aceder a cuidados de saúde simplesmente porque os responsáveis da cadeia não ajudam”.

A pedido do advogado Damião Cumbane, o juiz concedeu a palavra à ré Ângela Leão e ela, com a voz embargada, confirmou que não estava em condições de permanecer no julgamento até altas horas da noite e relatou as dificuldades criadas pela direcção da cadeia para impedir a sua assistência médica. O juiz admitiu que o aspecto físico de Ângela Leão denotava que ela não estava bem, tendo afirmado que iria exarar um despacho ordenando a direcção do Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo para facilitar a assistência médica à ré Ângela Leão, levando-a ao hospital sempre que for necessário.

O advogado Damião Cumbane agradeceu a decisão do juiz, mas alertou que no processo consta um despacho da juíza Evandra Uamusse, a magistrada que dirigiu a instrução contraditória, ordenando que a direcção da cadeia devia tomar todas as providências para garantir a assistência médica à ré Ângela Leão. “Esse despacho não está a ser cumprido”. Em reacção, o juiz Efigénio Baptista prometeu dirigir-se pessoalmente ao Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo, na quarta-feira, para obter explicação da direcção.

O tribunal retomou a audição da declarante Italma Simões Pereira e tudo parecia estar a correr normalmente até quando a quando a representante do Ministério Público estava iniciar o interrogatório. Ângela Leão levantou-se para sair da tenda onde decorrem as



Um dos momentos em que Ângela Leão era socorrida



Juiz Efigénio Baptista acompanhando o momento em que Ângela Leão era transportada para o hospital

sessões, mas mal conseguia andar. Começou a cambalear e só não caiu porque foi prontamente socorrida pelos co-réus. O juiz interrompeu imediatamente a sessão para permitir que ela fosse assistida. E foram os familiares (seu marido Gregório Leão e a sua irmã Mbanda Anabela Henning), seus advogados e alguns réus que prestaram os primeiros socorros.

A assistência do Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança (BO) só apare-

ceu 10 minutos depois. Mais tarde, Ângela Leão foi transportada numa viatura dos serviços prisionais para o hospital, acompanhada pelo seu marido e sua irmã. O juiz só voltou à tenda para anunciar a interrupção da sessão até quinta-feira e dar a conhecer o novo calendário para a audição dos declarantes. E os declarantes que têm ligação com factos que são imputados à ré Ângela Leão deverão ser ouvidos assim que ela estiver em condições de acompanhar o julgamento.

Italma Pereira diz que sua empresa Arktek trabalhou na concepção e fiscalização de mais de cinco projectos de construção de casas de Ângela Leão

O tribunal ouviu ontem a declarante Italma Ariane Simões Pereira, sócia e gerente da Arktek, empresa de consultoria e gestão de projectos de arquitectura e engenharia. A declarante confirmou que conheceu a ré Mbanda Anabela Henning em 2012, através de uma amiga. Em 2013, Mbanda Henning, através da sua empresa Hight Imobiliária, contratou a Arktek para conceber um projecto de construção de 14 casas no Bairro Costa do Sol, da empresa Hight Imobiliária. Pelo trabalho, a Arktek cobrou de 50 mil dólares.

Além da concepção do projecto, mais tarde a Arktek foi contratada para a fiscalização das respectivas obras, mas este trabalho não ocorreu até ao fim por falta de entendimento com o empreiteiro, a M Moçambique Construções, empresa do réu Fabião Mabunda. “Por diversas vezes, o empreiteiro não acatava com as recomendações da Arktek, na sua qualidade de fiscalizador da obras”.

A declarante disse que em finais de 2013, quando ainda estava a trabalhar na fiscalização das obras da empresa da Mbanda Henning, conheceu a sua irmã, a ré Ângela Leão. Um ano depois, Ângela Leão começou a apresentar-se como proprietária do projecto. “No momento da concepção do projecto, a proprietária era Mbanda Anabela Henning, mas quando as obras começaram o projecto passou para Ângela Leão. Não sei que tipo de negócio as duas irmãs fizeram”.

Ainda em 2013, Ângela Leão contratou a Arktek para conceber dois projectos de construção: um de quatro (4) casas iguais no Bairro da Costa do Sol, e outro de uma discoteca no Belo Horizonte. Pelo trabalho, a empresa Arktek cobrou 120 mil dólares. O projecto de discoteca não avançou, pois ainda faltava a documentação sobre do espaço.

Mais tarde, o projecto de quatro (4) moradias foi redimensionado para duas moradias iguais e um edifício de oito (8) apartamentos. As obras foram adjudicadas à M Moçambique Construções, ficando a fiscalização na



Italma Ariane Simões Pereira

responsabilidade da Arktek. Tal como aconteceu no projecto de 14 casas, a Arktek desistiu de fiscalizar as obras porque o empreiteiro M Moçambique Construções não cumpria com as suas recomendações.

Italma Simões Pereira disse que os pagamentos pelos trabalhos eram feitos pela ré Ângela Leão, mas também pela empresa M Moçambique Construções, por orientação daquela. “Nunca percebi porquê razão os pagamentos eram feitos pela empresa M Moçambique Construções. Sendo a M Moçambique o empreiteiro, não era eticamente correcto ser ela a pagar à empresa de fiscalização”.

A Arktek prestou ainda serviços de assessoria no complexo residencial da ré Ângela Leão, localizado no Bairro Jonasse, na Matola Rio, Distrito de Boane, Província de Maputo. Os trabalhos consistiram na revisão do projecto arquitetónico e fiscalização das obras. Pela revisão do projecto, a Arktek cobrou 16.500 dólares, e pela fiscalização cobrava cerca de três mil dólares por mês, durante um ano.

A declarante confirmou que quando a Arktek começou a fiscalizar as obras do comple-

xo residencial de Jonasse, o empreiteiro era a M Moçambique Construções. A Arktek foi ainda contratada para fiscalizar as obras de duas moradias da ré Ângela Leão, localizadas no Bairro Triunfo, Cidade de Maputo, ao preço de dois mil dólares por mês.

Mais tarde, a Arktek foi contratada pela Ângela Leão para fazer a revisão de um edifício localizado na Cidade de Quelimane. Mas a empresa constatou que a solução passava por destruir a obra e desenhar um novo projecto. A Arktek cobrou 22 mil dólares. Ângela Leão contratou ainda a Arktek para desenhar o projecto de moradia num espaço de um hectare, no Distrito de Marracuene, Província de Maputo. O projecto de arquitectura custou 33 mil dólares.

A declarante disse que enquanto trabalhava no complexo residencial de Jonasse, vezes há em que Ângela Leão ia acompanhada por um senhor de nome Barros, identificado como marido. Trata-se de Gregório Leão, marido da Ângela Leão e antigo Director-geral do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE).



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

